Classificação						Rubricas	Em contos	
Orgânica			Funcional	Económica			Reforços ou inscrições	Anulações
Capítulo	Divisão	Sub-divisão		Código	Alínea			
04	04	01	8.01.0 8.01.0	07.00.00 07.01.00 07.01.07 07.01.08		Aquisição de bens de capital: Investimentos: Material de informática Maquinaria e equipamento	1 700 3 400	— —
						<i>Total do capítulo 04</i>	65 600	65 600
						<i>Total do Ministério</i>	303 654	303 654

7.ª Delegação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 11 de Janeiro de 1995. — O Director, *Manuel Gonçalves*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Portaria n.º 158/95

de 24 de Fevereiro

Considerando a Portaria n.º 809-B/94, de 12 de Setembro, que aprova o regulamento que estabelece o regime de ajudas a conceder no âmbito do Regulamento (CEE) n.º 2328/91, do Conselho, de 15 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Regulamento (CE) n.º 3669/93, do Conselho, de 22 de Dezembro, relativo à melhoria da eficácia das estruturas agrícolas;

Considerando, em particular, o artigo 44.º, que determina que as normas processuais relativas às indemnizações compensatórias são objecto de diploma próprio, tendo em conta a sua inclusão no Sistema Integrado de Gestão e Controlo, previsto no Regulamento (CEE) n.º 3508/92, do Conselho, de 27 de Novembro, aplicando-se para o efeito o disposto no Regulamento (CEE) n.º 3887/92, da Comissão, de 23 de Dezembro;

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 150/94, de 25 de Maio:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, o seguinte:

1.º O presente diploma estabelece as normas processuais aplicáveis às indemnizações compensatórias, sem prejuízo do disposto sobre esta matéria no Regulamento (CEE) n.º 3508/92, do Conselho, de 27 de Novembro, e no Regulamento (CEE) n.º 3887/92, da Comissão, de 23 de Dezembro.

2.º — 1 — A formalização das candidaturas às indemnizações compensatórias faz-se junto das direcções regionais de agricultura (DRA) da área das explorações, através do preenchimento de uma ficha de inscrição a distribuir por esses serviços.

2 — A ficha de inscrição referida no número anterior deve ser acompanhada de todos os documentos indicados nas respectivas instruções.

3.º — 1 — A apresentação de candidaturas ao abrigo deste diploma faz-se durante o mês de Fevereiro de cada ano.

2 — Em cada um dos quatro anos seguintes ao da formalização da candidatura, deverá o beneficiário confirmar ou rectificar as declarações constantes da ficha de inscrição, durante o mês de Fevereiro de cada ano.

4.º No âmbito do presente diploma, compete às DRA:

- Proceder à recepção das candidaturas, confirmando as condições de acesso;
- Proceder aos registos informáticos necessários à execução e controlo das ajudas;
- Remeter ao Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural (IEADR), até 30 de Abril de cada ano, os registos magnéticos relativos às candidaturas apresentadas;
- Verificar o cumprimento dos compromissos assumidos e comunicar à unidade nacional de gestão sectorial as situações de incumprimento.

5.º A validação dos registos magnéticos é efectuada pelo IEADR, competindo ao Instituto Nacional de Garantia Agrícola proceder ao controlo no local das ajudas no que se refere aos animais e às DRA no que se refere às áreas de cultura.

6.º As candidaturas apresentadas em cada ano são objecto de deliberação pela unidade nacional de gestão sectorial competente até 31 de Julho.

7.º — 1 — A unidade nacional de gestão sectorial deve enviar ao Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP), até 15 de Agosto de cada ano, os pedidos de ajudas aprovados.

2 — Compete ao IFADAP proceder ao pagamento das ajudas, o qual deve ser efectuado até 15 de Outubro de cada ano.

Ministério da Agricultura.

Assinada em 27 de Janeiro de 1995.

O Ministro da Agricultura, *António Duarte Silva*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Despacho Normativo n.º 10/95

Homologo, nos termos do disposto no artigo 3.º e alínea a) do n.º 2 do artigo 28.º da Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro, as alterações aos Estatutos da Universidade de Aveiro, que serão publicadas em anexo ao presente despacho.

Ministério da Educação, 31 de Janeiro de 1995. — A Ministra da Educação, *Maria Manuela Dias Ferreira Leite*.

TÍTULO II

Organização da Universidade de Aveiro

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 7.º

Órgãos de governo, de coordenação e de gestão

- 1 —
- a)
- b)
- c)
- d)
- e)

- 2 —
- a)
- b)

3 — A gestão da acção social no âmbito da Universidade é exercida pelo conselho de acção social, com a constituição e competências definidas na legislação específica sobre a matéria.

CAPÍTULO II

A assembleia da Universidade

Artigo 9.º

Composição

- 1 —
- 2 —
- a)
- b)
- c)
- d)
- e)
- f)
- g)
- h)
- i) O administrador para a acção social.

Artigo 10.º

Competências

- a)
- b)
- c)
- d)
- e)
- f)
- g) Apreciar e dar parecer sobre o relatório dos Serviços de Acção Social;
- h)

CAPÍTULO III

O reitor

Artigo 12.º

Competência

- 1 —
- a)
- b)
- c)
- d)
- e)
- f)
- g)
- h)

- i)
- j)
- l) Presidir com voto de qualidade ao conselho de acção social;
- m) Definir e orientar o apoio aos estudantes no quadro das actividades circum-escolares;
- n) [A actual alínea m).]

2 —

CAPÍTULO IV

O senado universitário

Artigo 16.º

Composição

- 1 —
- 2 —
- a)
- b)
- c)
- d)
- e)
- f)
- g)
- h) O administrador para a acção social;
- i) Um representante do conselho de acção social que, por sua qualidade, não seja já membro do senado;
- j) Um representante dos directores de serviços.

3 —

CAPÍTULO V

O conselho da Universidade

Artigo 19.º

Composição

O conselho da Universidade é constituído:

- a)
- b)
- c)
- d) Pelo administrador para a acção social;
- e)
- f)
- g)
- h)
- i)
- j)
- k)
- l)

CAPÍTULO VIII

O conselho administrativo

Artigo 25.º

Composição

O conselho administrativo é constituído:

- a)
- b)
- c)
- d) Pelos directores ou responsáveis dos serviços que integram os Serviços de Administração e Gestão;
- e)

Artigo 26.º

Competências

- 1 —
- a)
- b)
- c)

- d)
- e)
- f)
- g)
- h)
- i)
- j)
- k) Deliberar sobre todos os assuntos que, nos termos da legislação aplicável, se tornem indispensáveis à prossecução das suas atribuições, nomeadamente estabelecendo limites de competências para autorização de despesas dos conselhos directivos das unidades orgânicas, quando for caso disso;
- l)

2 —

TÍTULO III

Os departamentos e secções autónomas

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 28.º

Autonomia

- a) Propor o orçamento respeitante às dotações orçamentais que lhes sejam atribuídas e as alterações aos efectivos de pessoal que lhes estejam afectos;
- b)
- c)
- d)

TÍTULO IV

Dos serviços e dos Serviços de Acção Social

CAPÍTULO I

Dos serviços

Artigo 35.º

1 — São criados os seguintes serviços:

- 1) Serviços de apoio à Reitoria, que compreendem:
 - a) Secretariado;
 - b) Serviços de Relações Externas;
 - c) Gabinete de Planeamento e Desenvolvimento;
 - d) Assessoria Jurídica;
 - e) Assessoria Financeira.
- 2) Serviços executivos, que compreendem:
 - a) Serviços de Administração e Gestão, constituídos pelos Serviços Académicos e Administrativos e pelos Serviços Financeiros e Património;
 - b) Serviços Técnicos;
 - c) Serviços de Documentação;

3) Serviços de apoio departamentais, que compreendem:

- a) Secretarias departamentais;
- b) Gabinetes de apoio aos conselhos directivos.

2 — As normas respeitantes ao desenvolvimento da estrutura prevista neste artigo, bem como a distribuição e definição das competências dos serviços e respectivos dirigentes e seu provimento, serão aprovadas por resolução do senado, dentro do quadro legalmente aplicável e no respeito dos presentes Estatutos.

CAPÍTULO II

Dos Serviços de Acção Social

Artigo 36.º

1 — Aos Serviços de Acção Social cabe a execução da política da acção social e a prestação dos apoios e benefícios nela compreendidos, sendo, nos termos de legislação própria, dotados de autonomia administrativa e financeira e constituindo uma unidade orgânica específica, com regulamento orgânico e quadros de pessoal próprios e os seguintes órgãos:

- a) O administrador para a acção social;
- b) O conselho administrativo dos Serviços de Acção Social.

2 — São membros do conselho administrativo a que se refere o número anterior:

- a) O reitor;
- b) O administrador para a acção social;
- c) O responsável pelos serviços administrativos e financeiros, que secretaria.

TÍTULO V

Disposições finais e transitórias

Artigo 38.º

Departamentos e unidades funcionais

1 — Encontram-se já constituídos na Universidade de Aveiro os seguintes departamentos:

- 1) Ambiente e Ordenamento;
- 2) Biologia;
- 3) Engenharia Cerâmica e do Vidro;
- 4) Electrónica e Telecomunicações;
- 5) Física;
- 6) Geociências;
- 7) Química;
- 8) Matemática;
- 9) Línguas e Culturas Modernas.

2 — São unidades funcionais da Universidade de Aveiro com objectivos e regulamentos próprios:

- 1) O Centro Integrado de Formação de Professores;
- 2) O Centro de Informática;
- 3) O Instituto de Investigação.

3 — A criação de novos departamentos e unidades funcionais depende do preenchimento dos requisitos previstos na lei, cabendo a sua aprovação ao senado desde que não contendam com os presentes Estatutos.